

CONSTITUINTE

- 4 DEZ 1981

GAZETA MERCANTIL

Moreira Franco preocupa-se com radicalização e intransigência

por Fátima Belchior
do Rio

O governador do Estado do Rio, Wellington Moreira Franco, manifestou-se ontem, preocupado com a radicalização e a intransigência na Constituinte. E, chegou mesmo a prever que diante deste quadro, a Constituição poderá nascer morta.

No entender do governador, essa radicalização poderá trazer consequências graves. "Este ambiente pode fazer com que a Constituição nasça morta, porque nenhuma Constituição, em nenhum país do mundo democrata teve um grau de radicalização e intransigência tão profundo. Ela não pode nascer contestada", declarou.

Moreira Franco não acredita que essa radicalização esteja sendo provo-

"Haverá poucas mudanças"

por Adriana Vera e Silva
de São Paulo

O governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, disse ontem que a vitória do "Centrão" "não deve nem pode mudar radicalmente o que foi aprovado pela Comissão de Sistematização". Quêrcia negou que a mudança do regimento da Assembleia Constituinte, obtida pelo grupo conservador, tenha sido uma derrota para o PMDB. "Não foi uma

derrota. O PMDB deseja é ver uma boa Constituição", declarou o governador.

Quêrcia mantém-se em sua linha de tentar modificar no plenário apenas os pontos que considera prejudiciais a São Paulo — como o número de deputados federais paulistas, que ele quer aumentar para 80 — e manter outros tópicos, por exemplo, a reforma tributária, que aumenta a arrecadação dos estados.

cada pelo "Centrão" no sentido de impedir as diretas de 1988. "Não creio que o objetivo seja este. A intransigência de todos os lados não vai atrasar as coisas de conjuntura. Vai provocar uma consequência

muito pior. Colocará como questionável o que deve ser permanente, que é a Constituição", comentou.

O governador do Estado do Rio considera também que o ambiente que se materializou, ontem, na votação para a mudança do regimento da Constituinte — "de tumulto e desrespeito" — não é um quadro que agrade à Nação. Para ele,

todos os brasileiros querem a mudança do regime de governo — a Sistematização aprovou o sistema parlamentarista — e acreditam firmemente que a Constituição não pode ser votada num clima de radicalização e intransigência. Moreira Franco argumenta que a futura Carta deve traduzir o que o povo já incorporou a seu patrimônio político. "E isso só se vai conseguir com o entendimento, a negociação, e a aceitação do que já está firmemente estabelecido em termos de preparar a sociedade brasileira para o futuro."

Ao analisar a vitória do "Centrão" na votação do regimento, Franco interpetrou como um estímulo aos que querem um entendimento. "Os vitoriosos devem ter a grandeza do entendimento. Os que não fazem parte do "Centrão" devem buscar o entendimento também, que deve prevalecer sobre tudo e sobre todos."

Novo quadro político prejudica reformas

por Thais Bastos
de Brasília

A indefinição do quadro político e a demora na conclusão dos estudos para a implementação do "pacote" fiscal são os principais culpados apontados ontem, por assessores do ministro da Fazenda, para justificar as derrotas parciais sofridas pelo ministério na tentativa de reformular a estrutura tributária brasileira.

A avaliação primeira do ministério sobre a composição das forças políticas indicava uma maior força dos progressistas do PMDB, aliados aos partidos de esquerda no Congresso Constituinte, capaz de sustentar as mudanças pretendidas por Luiz Carlos Bresser Pereira, como a instituição do Imposto sobre o Patrimônio Líquido (IPL), a redução dos incentivos e benefícios fiscais e a reestruturação da taxa sobre a renda da terra.

De fato, até meados de outubro, as tendências políticas de centro-direita mostravam-se minoritárias no Congresso. E a decisão de instituir o IPL, bem como de reunir todo o trabalho já realizado pela Receita Federal sobre a cédula G, que trata dos rendimentos agrícolas, data de setembro.

A partir do final de outubro, quando as forças políticas identificadas como mais conservadoras começaram a somar interesses dentro do "Centrão", a Fazenda viu-se ainda despreparada para iniciar uma campanha de busca de apoio ao "pacote" tributário junto ao PMDB e parlamentares progressistas em vista dos estudos ainda não estarem completamente terminados. "Como poderíamos montar uma estratégia de apoio às reformas se não as conhecíamos finalizadas, como ainda não as conhecemos?", justifica um outro assessor de Bresser Pereira.

No seu raciocínio, o "pacote" foi reduzido porque ganhou o debate público, o que aconteceu por interes-

ses contrários a ele, identificados dentro da própria equipe da Receita Federal. O fato de os deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e Delfim Netto (PDS-SP) encabeçarem a lista dos autores da resistência ao IPL, posteriormente derrubado pelo próprio presidente da República, reforça a tese do assessor, ao insinuar que a equipe da Receita Federal conta com técnicos da gestão de Dornelles ou de Delfim no Ministério da Fazenda.

PARA ASSESSORES, FALTOU TEMPO PARA BRESSER

Uma categorizada fonte do ministério, no entanto, ponderou que é positiva a permanência de técnicos no governo, independente das alterações ministeriais. O princípio, segundo ele, é montar uma boa máquina, a ser utilizada por qualquer mandante.

A irritação do ministro da Fazenda, no episódio, parece reportar-se à ausência de um plano de apoio às suas idéias. Se a demora na conclusão do "pacote" tributário impossibilitou a Fazenda de garantir as mudanças pensadas, não impediu, por outro lado, que as forças contrárias às idéias nele embutidas agissem.

"Faltou tempo", explica um técnico. De abril, quando assumiu o Ministério da Fazenda, até setembro último, Bresser Pereira canalizou todas as suas atenções e esforços na implementação do Plano de Controle Macroeconômico e na negociação da dívida externa.

Os assessores do ministério da Fazenda dão-se por vencidos ao afirmarem que sem o IPL o "pacote" perde muito de sua intenção, mas consideram que uma decisão política do presidente possa ainda resguardar o que não foi "torpedeado". Torcem, em conjunto, para que pelo menos boa parte dos parlamentares esteja apenas contra a forma imaginada para o "pacote" — um decreto-lei — e não quanto a seu conteúdo.

Parlamentares do PDT contrariam liderança

O PDT não vai expulsar os deputados Feres Nader e João de Deus Antunes de sua bancada no Congresso Constituinte. A bancada chegou a ser consultada e aprovou a exclusão dos deputados. Mais tarde, os líderes do partido decidiram chamar os deputados para uma conversa e para conhecer os motivos que os levaram a permanecer no plenário da Constituinte na sessão de ontem de manhã, contrariando orientação do líder Brandão Monteiro. Os deputados Feres Nader, João de Deus Antunes, Chico Humberto e Adroaldo Streck permaneceram no plenário e deram quórum para que o "Centrão" aprovasse sua proposta de alteração do regimento interno.

O líder do PDT na Consti-

tuinte, Brandão Monteiro, disse ontem à EBN que os deputados João de Deus Antunes e Chico Humberto explicaram à bancada, que desobedeceram à orientação da liderança (de deixar o plenário durante a votação) porque acreditavam que com isso conseguiriam apoio para apresentar propostas. Ambos assumiram o compromisso com o PDT, de seguir à risca os pontos programáticos do partido em relação à estabilidade, jornada de trabalho, mandato de 4 anos e direito de greve.

Já o deputado Feres e o deputado Adroaldo Streck serão chamados a assumirem o mesmo compromisso. Se não aceitarem, serão convidados a sair da bancada e do partido.